



CONGRESSO

O cenário é um só: derrotas do Planalto

Oposição deve conseguir duas vitórias importantes contra o governo Lula: a derrubada do veto da saída temporária de presos e a PEC das Drogas, que endurece a punição aos usuários flagrados com entorpecentes

» EVANDRO ÉBOLI
» ALINE BRITO

Com ou sem reaproximação com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o cenário que se desenha para o governo em votações previstas a partir da semana que vem é de derrotas anunciadas. E que já estão contabilizadas pelo Palácio do Planalto. Duas delas, ao menos, deverão ser vitórias da oposição, aliada ao Centrão, por uma larga margem de votos.

O governo não terá qualquer chance em conter a derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no texto da lei que regulamentou as saídas temporárias de presos. Lula buscou flexibilizar, permitindo que os presos possam sair para ver seus familiares, manteve pontos de interesse da bancada da bala e de outros nichos conservadores do Congresso, mas o esforço do Executivo não sairá vitorioso. Esse grupo mais radical não quer margem que dê o direito dos presos às "saidinhas" pelo bom comportamento.

Ainda assim, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), está otimista. "Estamos dialogando bem. O presidente manteve tudo que a Câmara e o Senado aprovaram, tem apenas esse artigo e nós vamos negociar bem isso na Câmara. Eu estou otimista porque o ministro Ricardo Lewandowski (Justiça) esteve na Câmara e teve um excelente desempenho na Comissão de Segurança Pública. Então, eu acho que dá para negociar", disse o líder.

A emenda constitucional que endurece com o usuário de entorpecentes, a PEC das Drogas, aprovada por diferença elevada semana passada no Senado, é outra desses reverses certos para o Planalto. Nesse tema, aliaram-se o conservadorismo predominante no Congresso com a vontade de dar uma resposta para o

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados — 17/4/24



A Câmara ensaia ainda derrubar o decreto de Lula que igualou o salário entre homens e mulheres: governo enfrenta dificuldade no Congresso

Supremo Tribunal Federal (STF), que já tem um placar de 5 a 3 para descriminalizar o porte da maconha para uso pessoal.

O governo trata ainda o veto ao trecho do Orçamento de 2024 sobre as emendas de comissões como uma batalha perdida. Líderes no Senado constataram que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não tem apoio suficiente para manter essa decisão e, por isso, articularam o adiamento da sessão do Congresso, onde os parlamentares analisarão os vetos presidenciais.

Agenda

Inicialmente, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), havia anunciado a sessão do Congresso para quinta passada, mas a data sequer chegou a ser marcada na agenda. No início da semana passada, os senadores se reuniram e pediram mais tempo para conseguir articular sobre as emendas de comissões e a reunião do parlamento foi adiada para o próximo dia 24.

Isso porque, ao manter o veto às emendas de R\$ 5,6 bilhões, o Congresso causaria um rombo

nas contas públicas, já que Lula não tem de onde tirar o valor e acabaria atingindo o orçamento dos ministérios. Com o adiamento, o governo espera que o Senado aprove a retomada da cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres (Dpvt). O texto foi aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados e chegou à Casa Alta em regime de urgência.

Se o Dpvt for aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário, horas antes da sessão de vetos, o governo teria

nas mãos um acréscimo na arrecadação federal, além da alteração no marco fiscal que permite uma antecipação de cerca de R\$ 15 bilhões em despesas. Desse valor, cerca de 50% poderiam ser usados para pagamento de emendas. Assim, Lula poderá usar parte dos R\$ 15 bilhões para cumprir a demanda dos congressistas, sem que haja um rombo nos orçamentos dos ministérios.

A Câmara ensaia derrubar o decreto de Lula que igualou o salário entre homens e mulheres. Um projeto de decreto legislativo apresentado pela direita



Estamos dialogando bem. O presidente manteve tudo que a Câmara e o Senado aprovaram, tem apenas esse artigo e nós vamos negociar bem isso na Câmara"

José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara, sobre o projeto que regulamenta a saída temporária de presos

PEC do quinquênio é mais uma das pautas-bombas

» ÂNDREA MALCHER

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na última semana uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria um bônus a algumas carreiras do Judiciário, conhecida como PEC do quinquênio. O texto prevê que, a cada cinco anos de carreira, profissionais da magistratura, Ministério Público, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como a conselheiros dos tribunais de contas estaduais e municipais, defensores públicos, servidores da Advocacia-Geral da União (AGU), procuradores dos estados e do DF e delegados da Polícia Federal recebam um adicional de 5% sobre seus salários, limitados a 35%.

O benefício não entraria no teto de remuneração do funcionalismo público de R\$ 44.008,52, valor dos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Para Vera Monteiro, professora de direito administrativo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito-SP) e vice-presidente do conselho do instituto República.org, a

medida cairá como "pólvora no Judiciário". "Além de todas essas carreiras, todas as outras que se qualificarem como as chamadas carreiras de Estado vão querer o benefício. Isso vai ser como pólvora no Judiciário", comentou a especialista.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), estomou no dia da votação que o benefício poderia causar um impacto anual de R\$ 42 bilhões nas contas públicas, dependendo de quantas categorias seriam impactadas pela PEC. O texto é mais uma das "pautas-bombas" aprovadas ou emperradas pelo Congresso que apertam ainda mais o cumprimento da meta fiscal de zerar o déficit nas contas públicas e pode encerrar ainda mais o governo Lula no cumprimento do arcabouço fiscal.

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder governista no Congresso, prometeu que o governo entrará em campo, com mais uma vez o auxílio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para negociar a questão, especialmente a diminuição das carreiras

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Senadores se reuniram na CCJ, na quarta passada, para votar a PEC do quinquênio: impacto bilionário

contempladas. Originalmente, a matéria concedia o adicional somente a juízes, promotores e procuradores do MP.

Porém, segundo relataram senadores ao **Correio**, a briga não deve ser para engavetar a PEC. A ideia acordada na reunião dos líderes partidários junto ao

presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que também é autor do texto, é segurar a promulgação da emenda, caso seja aprovada no plenário da Casa Alta e pela Câmara, para que o projeto de lei que combate os supersalários no funcionalismo público possa tramitar.

Complementares

Tanto a PEC quanto o PL chegaram ao Senado em 2022 e se encontravam parados desde então. Pacheco defendia, desde essa época, que as matérias eram complementares e deveriam tramitar ao mesmo tempo. As matérias

dividem, inclusive, o relator Eduardo Gomes (PL-TO). Diferentemente do bônus ao Judiciário, que se aprovado será inscrito na Constituição, a baliza para os supersalários ocorreria por meio de uma lei ordinária. A votação da PEC em plenário ainda demorará a acontecer, pois há cinco sessões de debate até que possa ser votada em primeiro turno, o que dá mais tempo para a articulação do governo.

Na sexta, uma reunião emergencial entre Lula, os ministros palacianos e seus líderes no Congresso, tratou de alguns dos empecilhos criados pelos parlamentares ao governo. Após o encontro, o líder na Câmara, José Guimarães (PT-CE), sinalizou que o Planalto deverá ir em busca dos governadores para tentar reverter a PEC. A estratégia seria desenhar o "efeito cascata" que a proposta teria para os cofres estaduais.

"Se essa PEC prosseguir, ela vai quebrar o país. Quebra o país e quebra os estados. Não tem o menor fundamento, na minha opinião. O presidente (Lula) não falou isso. E opinião minha como líder da Câmara. Essa PEC não pode, ela quebra fiscalmente o país", disse o deputado.